



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO Nº 0000054-44.1999.8.17.1200 (0306551-2)

APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADO : JOSÉ NIVALDO SOARES
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
COMARCA : RIO FORMOSO - VARA ÚNICA
PROCURADOR : MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO

EMENTA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. HOMÍCIDIO SIMPLES TENTADO (ART. 121, CAPUT, C/C ART. 14, II, DO CP). RECURSO DA ACUSAÇÃO. APELO FUNDAMENTADO NO ART. 593, III, "d", DO CPP. DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. SOMENTE QUANDO A DECISÃO DO JÚRI APRESENTA DIVERGÊNCIA MANIFESTA COM A PROVA CONTIDA NO PROCESSO É QUE CABE DETERMINAR A RENOVAÇÃO DO JULGAMENTO. NÃO VERIFICADA A HIPÓTESE, É DE SER REJEITADA A PRETENSÃO. AO DECIDIR PELO AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA DO RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA, O CONSELHO DE SENTENÇA OPTOU PELA VERSÃO QUE LHE PARECEU MAIS CORRETA E COM APOIO NAS PROVAS DOS AUTOS. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação nº 0000054-44.1999.8.17.1200 (0306551-2)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, à **unanimidade de votos**, em **negar provimento o apelo**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 03 de junho de 2014

Juiz José Anchieta Félix da Silva
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO Nº 0000054-44.1999.8.17.1200 (0306551-2)

APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADO : JOSÉ NIVALDO SOARES
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
COMARCA : RIO FORMOSO - VARA ÚNICA
PROCURADOR : MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação interposta pelo **Ministério Público do Estado de Pernambuco** contra a sentença de fls. 327/330, que, com base na decisão do Tribunal do Júri, condenou o apelado **José Nivaldo Soares** nas sanções do art. 121, *caput*, c/c art. 14, II, do Código Penal, à pena de 06 (seis) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado.

Em razões recursais às fls. 348/349, sustenta o apelante que a decisão dos jurados, ao afastar qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima, mostra-se parcialmente dissociada do conjunto probatório, devendo, por isso, nessa parte, ser anulado o *veredicto*, a fim de submeter o apelado a novo julgamento.

A defesa do apelado apresentou contrarrazões às fls. 353/354, pugnando pela manutenção da decisão do Tribunal do Júri.

A Procuradoria Criminal, pelo Procurador de Justiça Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto, ofertou parecer às fls. 365/368, opinando pelo **provimento do recurso ministerial**.

É o relatório. **À Revisão.**

Recife, 03 de outubro de 2013.


Juiz José Anchieta Félix da Silva
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO Nº 0000054-44.1999.8.17.1200 (0306551-2)

APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADO : JOSÉ NIVALDO SOARES
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
COMARCA : RIO FORMOSO - VARA ÚNICA
PROCURADOR : MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO

VOTO

Apela o **Ministério Público do Estado de Pernambuco** contra a decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Rio Formoso, que afastou a qualificadora apontada em desfavor do apelado **José Nivaldo Soares**, condenando-o, tão-somente, por tentativa de homicídio simples.

Sustenta o órgão acusador que a decisão dos jurados quanto à qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima foi manifestamente contrária a prova dos autos.

Pois bem.

Na conformidade dos autos, o apelado fazendo uso de arma de fogo tentou assassinar AMARO SEBASTIÃO DAMÁSIO JÚNIOR, desferindo-lhe um disparo na vítima sem dar-lhe qualquer oportunidade de defesa, não conseguindo consumir o homicídio por circunstâncias alheias a sua vontade.

Examino:

A materialidade e a autoria delituosa se encontram comprovadas nos autos.

Em Plenário do Júri o *Parquet* requereu a condenação do apelado por homicídio qualificado tentado (art. 121, § 2º, IV, c/c art. 14, II, do CP). Já o acusado sustentou a tese de legítima defesa própria.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Os jurados ao responderem aos quesitos formulados, rejeitaram a tese esposada pela defesa. Também não acataram parte do pleito ministerial, desconsiderando a qualificadora pleiteada, considerando que o réu violou o disposto no art. 121, caput, c/c art. 14, II, do Código Penal (homicídio simples tentado), condenando-o à pena de 06 (seis) anos de reclusão, a ser cumprida em regime fechado.

Vislumbro, todavia, que os únicos testemunhos prestados por JAIDETE ERNESTO DA SILVA (fls. 70) e HERONILDO BEZERRA DA SILVA (fls. 157/158), sob o crivo do contraditório não são suficientes para a condenação do réu na pretendida qualificadora.

É que, em seus depoimentos, as referidas testemunhas do rol acusatório disseram que **"não presenciaram os fatos narrados na denúncia"**.

A vítima somente foi ouvida na fase inquisitorial prestando suas declarações às fls. 12, tal como narrado na denúncia, onde afirmou que:

"... ao sair para pegar a bicicleta e ao montá-la foi abordado pelo acusado de nome Nivaldo Soares da Silva, conhecido como "Val", puxou-lhe pela camisa e ainda deu-lhe um tapa no rosto, daí ele declarante (vítima) caiu no chão em frente ao bar, tentou correr, mas o acusado sacou de uma arma de fogo e disparou um tiro que lhe atingiu na altura da loja renal esquerda, tendo sido socorrido até o hospital local pelo pai do acusado..."

O apelado, por sua vez, nas duas oportunidades em que foi interrogado – durante o sumário de culpa (fls. 32) e em Plenário do Júri (fls. 300/301), afirmou que o crime ocorreu após ter travado luta corporal com a vítima, e que não houve a intenção de assassiná-la. Senão vejamos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Observem trechos de sua versão apresentada às fls.
300/301:

"(...) ficou sabendo que Babau o havia denunciado por porta arma; foi então conversar com Babau para saber porque da denúncia; quando foi conversar com Babau este puxou uma faca peixeira para agredir o depoente; o depoente entrou em luta corporal com a vítima, vindo ambos a cair não chão e rolar; estava portando arma, mas não por intencionar atira na vítima; não chegou a sacar a arma e que a arma estava na sua cintura e disparou sozinha durante a luta corporal; após o disparo o depoente correu do local, ficando sabendo posteriormente que a vítima foi socorrida no hospital (...);"

Assim, após minucioso exame de tudo que há no presente feito, constato que a decisão tomada pelo Conselho de Sentença não afrontou as provas carreadas aos autos, estando, ao contrário, devidamente lastreada no conjunto probatório constante do processo.

Nessa esteira:

"APELAÇÃO CRIMINAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO SIMPLES. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. CONDENAÇÃO RESPALDADA NO CONJUNTO PROBATÓRIO. REDIMENSIONAMENTO DA PENA. VALORAÇÃO NEGATIVA DE CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL CORRESPONDENTE À QUALIFICADORA JÁ AFASTADA NA PRONÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. 1 - Não configura decisão manifestamente contrária à prova dos autos aquela em que o Conselho de Sentença, depois de aquilatar as teses verossímeis que lhe são expostas, escolher a que entender correta, tendo como referencial o conjunto probatório. Para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

enquadrar-se na alínea "d" do inciso III do artigo 593 do CPP, a decisão deve ser flagrantemente destituída de qualquer apoio nos autos, isto é, arbitrária, dissociada do conjunto probatório. 2 - Fazer incidir como circunstância judicial negativa (circunstâncias do crime) um fato que corresponde, em verdade, a qualificadora descrita na denúncia (recurso que dificultou a defesa da vítima) e já afastada em fase de pronúncia seria uma forma de burlar a soberania dos veredictos, constitucionalmente garantida na alínea "c" do inciso XXXVIII do artigo 5º. Se o juiz singular entendeu não haver provas da qualificadora - e, por isso, não a submeteu à votação do júri - não pode, na dosimetria da pena, se valer do mesmo fato para agravar a pena-base com a roupagem de circunstâncias do crime. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Crime Nº 70045854635, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Francesco Conti, Julgado em 29/03/2012).

É inconcebível a submissão do réu a novo julgamento pelo Tribunal Popular quando o veredicto do Conselho de Sentença arrima-se em uma das versões apresentadas em plenário, que encontra respaldo em provas dos autos. Como visto, é o caso dos autos. Entendimento diverso afrontaria o caráter soberano inerente ao veredicto.

Ressalto que a possibilidade de anulação do julgamento prevista no art. 593, III, alínea "d", do Código de Processo Penal, opera-se exclusivamente quando o Conselho de Sentença decide arbitrariamente, dissociado de toda e qualquer evidência probatória.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte julgado:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

"RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. JÚRI. DECISÃO ABSOLUTÓRIA MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA.

1. É inegável que à instituição do júri, por força do que dispõe o artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição da República, é assegurada a soberania de seus veredictos.

2. O artigo 593, inciso IV, alínea "d", do Código de Processo Penal, todavia, autoriza que, em sendo a decisão manifestamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando os jurados decidam arbitrariamente, dissociando-se de toda e qualquer evidência probatória, é de ser anulado o julgamento proferido pelo Tribunal Popular.

3. De tanto, resulta que, oferecidas aos jurados vertentes alternativas da verdade dos fatos, fundadas pelo conjunto da prova, mostra-se inadmissível que o Tribunal de Justiça, em sede de apelação, desconstitua a opção do Tribunal do Júri - porque manifestamente contrária à prova dos autos - sufragando, para tanto, tese contrária.

5. Recurso especial improvido". (g.n) (STJ - REsp 622.129/PA, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 11.10.2005, DJ 28.11.2005 p. 344.)

Sendo assim, descabido o pleito de submissão do apelado a novo júri, sob a alegação de que, em relação a qualificadora descrita na denúncia, a decisão dos jurados é contrária à prova dos autos.

Isto posto, meu voto é no sentido de negar provimento ao apelo, mantendo incólume a decisão do Tribunal Popular. É COMO VOTO.

Recife, 03 de julho de 2014.

Juiz José Anchieta Félix da Silva
Relator Convocado



385

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000054-44.1999.8.17.1200 (0306551-2)

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: JOSÉ NIVALDO SOARES DA SILVA

RELATOR: JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA

REVISOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO DE REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr. (a) Procurador(a).

Cuida-se de apelação criminal interposta pelo **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, em face da sentença proferida pelo Juiz da Vara Criminal da Comarca de Rio Formoso, que, atendendo à decisão do Conselho de Sentença, condenou o réu do homicídio previsto no art. 121, caput, c/c o art. 14, II, do Código Penal.

Em suas **razões recursais (fls. 347/349)**, pugna o representante do **Parquet** pela submissão do apelado a novo julgamento, aduzindo, em suma, que a decisão do Tribunal Popular não contemplou a qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima, revelando contradição às provas lastreadas nos autos.

Nas **contrarrazões (fls. 353/354)**, o apelado alega em resumo, que a decisão dos jurados deve ser respeitada, pois não há comprovação nos autos da existência da qualificadora.

386



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 365/368, opina pelo provimento do apelo, afirmando que a decisão contraria as provas colhidas nos autos.

Pois bem.

Cumpre destacar que, por se tratar de crime doloso contra a vida, o julgamento do presente processo coube ao Tribunal Popular do Júri, segundo determinação constitucional, sendo regido, portanto, pelo princípio da soberania dos veredictos.

Neste contexto, o Tribunal de Justiça só pode interferir, determinando que haja um novo júri, nos casos em que restar demonstrado ser a decisão do Conselho de Sentença totalmente arbitrária, ou seja, manifestamente contrária às provas apuradas durante a instrução criminal. A intervenção do Tribunal *ad quem* é, portanto, excepcional, segundo as normas do ordenamento jurídico nacional, pois, em regra, deve prevalecer a soberania dos julgados do júri.

A denúncia, com base no Inquérito Policial, narra que no dia 02 de outubro de 1998, por volta das 08h:00, na Rua Matadouro, no Município de Rio Formoso, o denunciado, utilizando-se de arma de fogo, efetuou disparo contra a vítima Amaro Sebastião Damázio Júnior, sem dar-lhe qualquer chance de defesa, causando-lhe lesão grave

Segundo consta dos autos, o apelado foi tomar satisfações com a vítima, alegando que esta o teria denunciado a polícia por estar desferindo disparos de arma de fogo, ocorrendo que ao encontrá-la desferiu-lhe um tapa no rosto, vindo a cair no solo, e quando tentava fugir das agressões do apelado, foi atingida por um disparo nas costas.

387



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Durante a instrução processual, a materialidade restou inequívoca consoante comprova a Perícia Traumatológica de fls. 11v. A autoria delitiva, por sua vez, também restou comprovada pelos testemunhos colhidos em sede policial e em juízo.

Todavia, o réu em sua defesa, apesar de ter confessado a autoria do disparo efetuado contra a vítima perante o tribunal popular, afirmou que o fez em legítima defesa própria, no entanto, o Conselho de Sentença não acolheu a tese defensiva.

O Corpo de Jurados, ao responder aos quesitos formulados, acatou o pleito da acusação, entretanto, desconsiderou a qualificadora pleiteada pelo Órgão Ministerial prevista no art. 121, §2º, IV, considerando que o réu praticou o homicídio simples, em sua forma tentada, tendo o magistrado *a quo* fixado a pena de 06(seis) anos de reclusão, a ser cumprida em regime fechado.

Analisando detidamente os autos, entendo não haver subsídios probatórios que embasam o acolhimento da qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima, prevista no art. 121, §2º, IV, do CP, pleiteada pela acusação e não acolhida pelo Conselho de Sentença.

Não obstante o relato da vítima durante a fase de inquérito (fls. 12), os depoimentos das testemunhas de acusação perante a autoridade judicial não foram capazes de comprovar que o apelado agiu mediante recurso que impossibilitasse a defesa da vítima, senão vejamos:

A testemunha Jaidete Ernesto da Silva, às fls. 70, declarou ao juiz que:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

“ Que não presenciou os fatos narrados na denúncia, pois no dia do fato estava na casa de sua filha em Prazeres; Que estava construindo uma casa em Ponte dos Carvalhos e como pedreiros eram do Recife, às vezes, passava a semana na casa de sua filha; Que não sabe ao certo se conhecia a vítima Amaro Sebastião; Que só conhece o acusado de vista, nada sabendo dizer sobre o mesmo.”

A testemunha Heronildes Bezerra da Silva, quando inquirida às fls. 157, declarou em juízo que:

“ Que confirma o relatório de ocorrência policial de fls. 10; Que nunca presenciou homicídios praticados pelo réu, entretanto há comentários de que o mesmo é autor de homicídios; Que acerca especificamente do fato narrado na denúncia, não mais se recorda de outros detalhes; Que o réu não chegou o a ser encontrado no dia do fato narrado na denúncia; Que tomou conhecimento de informações relatadas as fls. 10 através de comentários de familiares da vítima...”

Não há motivos, portanto, que justifiquem a anulação do julgamento proferido pelo Tribunal Popular, visto que a versão optada pelo Conselho de Sentença é verossímil por se apoiar em provas colhidas nos autos.

O Superior Tribunal de Justiça confirma esse entendimento no sentido de que não é manifestamente contrária às provas dos autos a decisão que optou por uma das versões trazidas no processo, como mostra o seguinte julgado:

CRIMINAL. RECURSO ESPECIAL. JÚRI. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. RECURSO DEFENSIVO. PLEITO DE NOVO JULGAMENTO. CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA.

389



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

EXISTÊNCIA DE DUAS VERSÕES A RESPEITO DO CRIME. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. ASPECTO SUBSUMIDO AO TIPO PENAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Não se caracteriza como manifestamente contrária à prova dos autos a decisão que, optando por uma das versões trazidas aos autos, não se encontra inteiramente divorciada da prova existente no processo.

Precedentes.

(...)

Recurso parcialmente provido.

(REsp 1209829/MS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 16/12/2010, DJe 01/02/2011)

Ante o exposto, meu voto é no sentido de **negar provimento** ao recurso interposto, mantendo-se a sentença condenatória em seus integrais termos.

É COMO VOTO.